

POLÍTICA

politica@correiodoestado.com.br

PREVIDÊNCIA

Após invasão e ameaças, Marun não admitirá votar a reforma “na marra”

Deputado sul-mato-grossense foi escoltado por segurança para sua residência depois da sessão

BRASÍLIA

O presidente da comissão especial da reforma da Previdência, Carlos Marun (PMDB-MS), disse que a invasão de agentes penitenciários, durante a votação de quarta-feira (3), não atrapalha o restante da votação. Ele marcou para terça-feira a retomada da sessão, interrompida por conta da confusão, e advertiu que nada será votado na marra. Segundo Marun, faltam “dez ou 11” destaques para serem votados. Ele não acredita que o texto original será modificado significativamente com a votação dos destaques.

A segurança da comissão será revista, avisou. Marun disse ser favorável ao pleito dos agentes penitenciários, que querem ter as mesmas condições especiais de aposentadoria previstas para policiais federais e legislativos, mas avisou que não vai ser “na marra” que eles vão conseguir ser atendidos.

“Com relação aos agentes penitenciários, temos que separar as coisas. Existe o mérito, eu sou favorável. Acredito que exista uma similaridade muito grande entre as atividades do agente penitenciário e do policial. A outra coisa é a forma como essa reivindicação se estabeleceu. Esta é inaceitável. Na marra, não vai”, avisou.

Marun acredita que a invasão, pelos agentes penitenciários, do Ministério da Justiça, na terça-feira (2), atrapalhou a negociação para que fossem incluídos no regime especial, pois passou uma mensagem

“

Foi sugerido ontem [quarta-feira] e eu fui acompanhado até o local que resido por seguranças”

Carlos Marun, presidente da Comissão Especial da reforma da Previdência

de que o “quebra-quebra promovido no Ministério da Justiça teria sido determinante para a inclusão dos agentes”. O presidente da comissão defendeu que os deputados não podem ser “coagidos” a votar. “Obviamente, tem que ser avaliado o sistema de segurança da Casa porque não é possível que parlamentares sejam coagidos a votar no sentido dos pleitos de algumas categorias, seja qual for essa categoria. Se tivesse funcionado o esquema de segurança, a sessão não teria sido interrompida”, afirmou.

Marun disse que o governo ficou satisfeito com o fato de terem conseguido aprovar o texto-base da reforma, ontem. E que, com relação à segurança, “precauções” terão de ser tomadas para que o que ocorreu não volte a acontecer.

ESCOLTA

O deputado Carlos Marun afirmou que precisou ser es-

coltado por seguranças até sua residência, em Brasília, após agentes penitenciários terem invadido o plenário do colegiado. Na noite de quarta-feira (3), dezenas de agentes penitenciários ocuparam o recinto onde deputados estavam votando o relatório da reforma da Previdência. A sessão foi suspensa em razão do tumulto generalizado que ocorreu no plenário da comissão.

No momento da invasão, os deputados já haviam aprovado o texto-base da proposta de reforma previdenciária e estavam analisando destaques (propostas de alteração ao texto original) apresentados pelos parlamentares, entre os quais, uma sugestão para assegurar aposentadoria especial aos agentes.



ANTONIO AUGUSTO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

REAÇÃO. Marun, rodeado por parlamentares e manifestantes, avisa que, “na marra”, não haverá acordo

MS espera definição para adequação na lei

GABRIELA COUTO

O governo do Estado vai ter de esperar a aprovação da reforma da Previdência do governo federal para definir quais as alterações que podem ser feitas para equilibrar as finanças previdenciárias de Mato Grosso do Sul. A administração acompanha atenta cada etapa da votação da PEC em Brasília, para ter uma base de como as mudanças podem refletir nas regras daqui.

De acordo com a assessoria, só haverá uma posição após a

apreciação do texto final pelo Congresso Nacional. Com a recente deliberação do presidente Michel Temer (PMDB) de passar para os estados e municípios a responsabilidade de promover as mudanças na Previdência Social de seus servidores, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) já reiniciou os estudos a fim de refazer uma estratégia para as novas normas.

Até então, o tucano discutia com sua equipe o tempo de contribuição e a idade de aposentadoria na regra que cabia aos servidores públi-

cos, como o percentual de contribuição, o teto da aposentadoria, a aposentadoria dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário), além do MPE. Entre as novas possibilidades, estão a correlação com tempo e idade com a reforma da Previdência que virá. A autonomia também garantiu à sua equipe possibilidades de o servidor contribuir mais e de até estabelecer um limite de teto.

Com as manifestações de algumas categorias em Brasília, não há certeza se a PEC conseguirá ser aprovada

dentro do prazo esperado pelo governo federal. Por isso, permanece incerto o texto na esfera estadual. Assim como algumas mobilizações tomaram conta da Câmara dos Deputados nos últimos dias, o governador terá de garantir os benefícios que satisfarão os sul-mato-grossenses e cumpram a responsabilidade de limite prudencial, para enviar um texto sem divergências à Assembleia Legislativa, evitando polêmica e desgaste em véspera de ano eleitoral.

COMPRA DE VOTOS

Thais Helena cumprirá pena trabalhando em asilo

ARQUIVO



PUNIÇÃO. Thais Helena foi condenada por compra de votos

Parte da rotina da ex-vereadora Thais Helena (PT) será no Asilo São João Bosco, em Campo Grande. O trabalho voluntário de 10 horas por semana fará parte da pena da petista nos próximos sete meses. Ela teve o mandato cassado por compra de votos e abuso de poder econômico nas eleições de 2012.

A atividade com os idosos foi uma solicitação da própria Thais Helena. Ela pediu ao advogado a conversão da pena restritiva de limitação de fim de semana para prestar ser-

viço à comunidade. Tudo porque a ex-vereadora tem uma casa de festas infantil e precisa trabalhar no local, principalmente nos dias de cumprimento da punição.

Além de ser cassada, ficar inelegível por oito anos e atuar no asilo, ela foi intimada a pagar em dez dias cinco salários mínimos. E, por ter pedido a conversão da pena privativa de liberdade, terá de reembolsar 50 salários mínimos. A defesa de Thais Helena vai recorrer da condenação penal. (GC)

FUTURO NO PSB

Deputados querem a volta de Tereza à liderança

A deputada federal Tereza Cristina (PSB) se reúne hoje, às 9h, com os correligionários do partido no Estado, no Hotel Concord, para chegarem a um entendimento. Depois de ser afastada do comando da sigla em Mato Grosso do Sul, houve boatos nos bastidores de que ela abandonaria o partido.

Tereza e outros três deputados federais não obedeceram à orientação da cúpula nacional de votar contra a reforma trabalhista e, como punição, tiveram suas funções dentro das comissões executivas provisórias retiradas. Para a líder máxima do PSB em Mato Grosso do Sul, a represália doeu muito, como falta de reconhecimento, após anos de dedicação e trabalho à frente da legenda.

“Construímos novamente o PSB no Estado, andando por todo o interior e fortalecendo a sigla em MS. Praticando a boa política, aumentamos o número de prefeitos de três para cinco e fizemos outros cinco vice-prefeitos, cargo em que não tínhamos nenhum de nossos filiados, ocupando anteriormente. Dos 22 vereado-

res que compunham o PSB, saltamos para 62 tomando cadeiras nos legislativos municipais”, enfatizou.

A deputada federal também contabilizou as ações de sua gestão à frente do partido, as quais refletiram diretamente nos municípios de MS. “Desde que assumi o partido em MS, construí 74 provisórias visando as eleições de 2016 e o partido nem sequer possuía uma sede para atender os filiados”, lembrou.

Prova da ascensão política da parlamentar foi ganhar a liderança da bancada do PSB na Casa de Leis, neste ano. A constatação da boa atuação de Tereza veio como forma de abaixo-assinado dos colegas de partido remetido à direção nacional. Na quarta-feira, 26 deputados federais assinaram um documento manifestando apoio aos parlamentares destituídos das presidências estaduais, além de apoio irrestrito à manutenção da sul-mato-grossense à frente da liderança da bancada na Câmara dos Deputados. (GC)

AUDIÊNCIAS

Lula derruba decisão de Moro em tribunal

PORTO ALEGRE

O ex-presidente Lula obteve uma vitória na Justiça contra o juiz Sergio Moro, da Operação Lava Jato. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, acolheu pedido de sua defesa e derrubou a determinação de Moro que o obrigava a comparecer ao depoimento das 87 testemunhas arroladas por seus advogados, em processo no qual é acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O caso apura a suspeita de que o ex-presidente recebeu vantagens indevidas da empreiteira Odebrecht, como um terreno para o Instituto Lula. O TRF4 mantém jurisdição no Paraná, base da Operação Lava Jato. Todos os atos do juiz Sergio Moro são submetidos ao crivo da Corte federal.

Nesta ação, Lula é réu por suposta propina de R\$ 75 milhões paga pela Odebrecht em oito contratos da Petrobras. O ex-presidente é acusado de praticar os crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro. Em defesa prévia, em 26 de janeiro, a defesa de Lula havia convocado 52 testemu-

nhas. Em 23 de fevereiro, em nova manifestação, arrolou mais 35.

Em 17 de abril, Moro ordenou que Lula comparecesse a cada audiência das 87 testemunhas. Na semana seguinte, em 25 de abril, o juiz da Lava Jato decidiu que iria rever a ordem de exigir a presença do ex-presidente, caso os advogados do petista também revisassem o extenso rol de convocados. O prazo era de 5 dias. Para o desembargador federal Nivaldo Brunoni, do TRF4, “não parece razoável exigir-se a presença do réu em todas as audiências de oitiva das testemunhas arroladas pela própria defesa, sendo assegurada a sua representação exclusivamente pelos advogados constituídos”.

“O acompanhamento pessoal do réu à audiência das testemunhas é mera faculdade legal a ele conferida para o exercício da autodefesa, podendo relegá-la em prol da defesa técnica constituída, sobretudo quando não residir no local da sede do juízo onde tramita o processo”, anotou.